

OBJETIVOS META DO MINISTÉRIO É REDUZIR PREVISÃO DE ROMBO NO ORÇAMENTO DE R\$ 37,8 BILHÕES PARA R\$ 32 BILHÕES NESTE ANO

# Governo complica auxílio-doença para reduzir fraude na Previdência

Novo ministro lança pacote com várias medidas para reduzir déficit público da pasta

BRASÍLIA. O Governo federal vai editar uma medida provisória com um pacote de medidas para reduzir o déficit da Previdência Social que, neste ano, deve alcançar R\$ 37,8 bilhões, segundo projeção do Orçamento 2005. A principal meta é reduzir a estimativa do déficit da Previdência deste ano para R\$ 32 bilhões. O déficit projetado no Orçamento é de R\$ 37,8 bilhões.

Para 2006, a expectativa do ministro da Previdência, Romero Jucá, é reduzir o déficit para R\$ 24 bilhões. Entre essas medidas estará a imposição de restrições ao pedido de auxílio-doença - benefício recebido pelo trabalhador quando afastado por problemas de saúde. O motivo é o aumento na concessão do benefício. Só no Estado, a quantidade saltou de 16,1 mil em 2000 para 32,7 mil em 2004, praticamente o dobro.

**Exigências.** A MP irá exigir do trabalhador um tempo mínimo de contribuição à Previdência de 12 meses para conceder o auxílio. Hoje, esse prazo

é de apenas quatro meses. Ou seja, a partir do quinto mês o trabalhador já pode entrar com o pedido. No caso de auxílio-acidente, não há carência.

Além disso, o valor do benefício será calculado com base nas contribuições previdenciárias dos últimos 36 meses e limitado à atual remuneração do trabalhador na ativa. Segundo o ministro da Previdência, Romero Jucá, a medida é necessária porque o valor de alguns auxílios hoje são até 30% superiores ao valor do salário do trabalhador na ativa.

Na avaliação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a medida servirá para combater as fraudes e distorções no sistema de concessão de benefícios - que foi alterado em 2001. Ele considerou como uma "evolução atípica" os gastos com os benefícios do auxílio-doença no Brasil.

Até 2001, o gasto com auxílio-doença ficava entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 3 bilhões. A partir daquele ano, subiu para R\$ 9 bilhões ao ano. "Na minha pequena experiência médica, não me ocorre que nós tenhamos tido uma mudança no perfil da população que justificasse esse aumento", disse em tom irônico.

Palocci participou, junto com Jucá, da solenidade do Programa de Modernização da Gestão da Previdência. A MP também irá acabar com o prazo de dez anos que a Previdência tem para suspender



**ANÚNCIO.** As medidas para tentar reduzir o rombo da Previdência Social dos previstos R\$ 37,8 bilhões para R\$ 32 bilhões neste ano foram anunciadas pelo novo ministro da Previdência, Romero Jucá (E), na presença do ministro da Casa Civil, José Dirceu, e do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Para 2006, a previsão é de que o déficit caia para R\$ 24 bilhões. FOTO: ABR

um benefício irregular. Hoje, após esse período, mesmo que o Governo encontre algum benefício que seja concedido de forma irregular, ele não pode mais ser suspenso. "Queremos inibir o que é má-fé, o que é fraude", disse Jucá.

Segundo o novo ministro, até o final do mês de abril essas medidas já apresentarão resultados concretos. Além da MP de hoje, o Governo pretende adotar uma série de medidas para aumentar a arrecadação da pasta e reduzir as despesas.

## ENTENDA AS MEDIDAS PARA REDUZIR O DÉFICIT

■ **Objetivos.** Reduzir o déficit da Previdência para R\$ 32 bilhões neste ano e R\$ 24 bilhões em 2006. Essa redução é em relação à projeção do Orçamento, de R\$ 37,8 bilhões; melhorar o atendimento prestado à população; combater fraudes e sonegação.

■ **Linhas gerais.**

■ **Arrecadação.** Aumentar a arrecadação por meio da recuperação de créditos, com

dez anos que a Previdência tem para suspender um benefício irregular.

■ **Medidas em breve.**

■ **Grandes.** Monitoramento dos grandes contribuintes.

■ **Secretaria.** Criação da Secretaria da Receita do Brasil, que irá integrar a atuação da Secretaria de Receita da Previdência com a Receita Federal; modernização dos sistemas de tecnologia

## O AUXÍLIO-DOENÇA

■ **Direito.** Para ter direito, o trabalhador deve contribuir por, no mínimo, 12 meses

■ **Concessão.** O auxílio-doença é um benefício concedido ao segurado impedido de trabalhar por doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos. No caso dos trabalhadores com carteira assinada, os primeiros 15 dias são pagos pelo empregador, e a Previdência Social paga a partir do 16º dia de afastamento do trabalho.



## Novo ministro lança pacote com várias medidas para reduzir déficit público da pasta

BRASÍLIA. O Governo federal vai editar uma medida provisória com um pacote de medidas para reduzir o déficit da Previdência Social que, neste ano, deve alcançar R\$ 37,8 bilhões, segundo projeção do Orçamento 2005. A principal meta é reduzir a estimativa do déficit da Previdência deste ano para R\$ 32 bilhões. O déficit projetado no Orçamento é de R\$ 37,8 bilhões.

Para 2006, a expectativa do ministro da Previdência, Romero Jucá, é reduzir o déficit para R\$ 24 bilhões. Entre essas medidas estará a imposição de restrições ao pedido de auxílio-doença - benefício recebido pelo trabalhador quando afastado por problemas de saúde. O motivo é o aumento na concessão do benefício. Só no Estado, a quantidade saltou de 16,1 mil em 2000 para 32,7 mil em 2004, praticamente o dobro.

**Exigências.** A MP irá exigir do trabalhador um tempo mínimo de contribuição à Previdência de 12 meses para conceder o auxílio. Hoje, esse prazo

é de apenas quatro meses. Ou seja, a partir do quinto mês o trabalhador já pode entrar com o pedido. No caso de auxílio-acidente, não há carência.

Além disso, o valor do benefício será calculado com base nas contribuições previdenciárias dos últimos 36 meses e limitado à atual remuneração do trabalhador na ativa. Segundo o ministro da Previdência, Romero Jucá, a medida é necessária porque o valor de alguns auxílios hoje são até 30% superiores ao valor do salário do trabalhador na ativa.

Na avaliação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a medida servirá para combater as fraudes e distorções no sistema de concessão de benefícios - que foi alterado em 2001. Ele considerou como uma "evolução atípica" os gastos com os benefícios do auxílio-doença no Brasil.

Até 2001, o gasto com auxílio-doença ficava entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 3 bilhões. A partir daquele ano, subiu para R\$ 9 bilhões ao ano. "Na minha pequena experiência médica, não me ocorre que nós tenhamos tido uma mudança no perfil da população que justificasse esse aumento", disse em tom irônico.

Palocci participou, junto com Jucá, da solenidade do Programa de Modernização da Gestão da Previdência. A MP também irá acabar com o prazo de dez anos que a Previdência tem para suspender



**ANÚNCIO.** As medidas para tentar reduzir o rombo da Previdência Social dos previstos R\$ 37,8 bilhões para R\$ 32 bilhões neste ano foram anunciadas pelo novo ministro da Previdência, Romero Jucá (E), na presença do ministro da Casa Civil, José Dirceu, e do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Para 2006, a previsão é de que o déficit caia para R\$ 24 bilhões. FOTO: ABR

um benefício irregular. Hoje, após esse período, mesmo que o Governo encontre algum benefício que seja concedido de forma irregular, ele não pode mais ser suspenso. "Queremos inibir o que é má-fé, o que é fraude", disse Jucá.

Segundo o novo ministro, até o final do mês de abril essas medidas já apresentarão resultados concretos. Além da MP de hoje, o Governo pretende adotar uma série de medidas para aumentar a arrecadação da pasta e reduzir as despesas.

ciais, o que aumentou ainda mais o rombo entre despesas e arrecadação.

Esse choque ocorreu em fevereiro, cujo déficit ficou em R\$ 3,79 bilhões - 81% maior que fevereiro de 2004. Além das sentenças judiciais, o rombo do mês foi aprofundado pela queda na arrecadação líquida, onde foi computado o ajuste anual das transferências para o sistema "S" (Sesi, Sesc, Senai, Senac), que geralmente cai no mês de janeiro.

"Houve uma concentração atípica de julgamentos de precatórios e de pequenas causas em juizados especiais contra a Previdência", expli-

cou Helmut Schwarzer, secretário de Previdência Social do governo. O ministério avalia que os juízes fizeram uma "limpa" nos processos acumulados, mas não soube explicar a razão. Em janeiro, R\$ 325 milhões foram pagos por decisão judicial. Em fevereiro, esse montante ultrapassou R\$ 1 bilhão.

Com o déficit, o impacto é direto sobre as contas nacionais. O Governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou em fevereiro um superávit primário (receita menos despesas, excluídos os pagamentos de juros) de R\$ 2,643 bilhões.

### ENTENDA AS MEDIDAS PARA REDUZIR O DÉFICIT

■ **Objetivos.** Reduzir o déficit da Previdência para R\$ 32 bilhões neste ano e R\$ 24 bilhões em 2006. Essa redução é em relação à projeção do Orçamento, de R\$ 37,8 bilhões; melhorar o atendimento prestado à população; combater fraudes e sonegação.

■ **Linhas gerais.**

■ **Arrecadação.** Aumentar a arrecadação por meio da recuperação de créditos, com ações administrativas e judiciais.

■ **Fraudes.** Combate às fraudes e melhora da gestão dos recursos do ministério.

■ **Medidas imediatas.**

■ **Auxílio-doença.** O trabalhador deverá ter no mínimo 12 meses de contribuição para requerer. O prazo hoje é de quatro meses. O valor do benefício será calculado tendo como base as contribuições previdenciárias dos últimos 36 meses e ficará limitado à atual remuneração do trabalhador na ativa.

■ **Prazo.** Extinção do prazo de

dez anos que a Previdência tem para suspender um benefício irregular.

■ **Medidas em breve.**

■ **Grandes.** Monitoramento dos grandes contribuintes.

■ **Secretaria.** Criação da Secretaria da Receita do Brasil, que irá integrar a atuação da Secretaria de Receita da Previdência com a Receita Federal; modernização dos sistemas de tecnologia da informação. Essa secretaria deverá ser estruturada até o fim deste ano. O governo quer tentar recuperar o máximo possível da gigantesca dívida de empresas e pessoas físicas para com a Previdência Social, que é superior a R\$ 200 bilhões.

■ **Dados.** Cruzamento dos cadastrados da base de dados da Previdência (CNIS) com os demais cadastros públicos (Caged, seguro-desemprego, RAIS, Receita Federal, SUS, Siape).

■ **Economia.** Redução dos gastos do ministério, como gastos com viagens.

### O AUXÍLIO-DOENÇA

■ **Direito.** Para ter direito, o trabalhador deve contribuir por, no mínimo, 12 meses

■ **Concessão.** O auxílio-doença é um benefício concedido ao segurado impedido de trabalhar por doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos. No caso dos trabalhadores com carteira assinada, os primeiros 15 dias são pagos pelo empregador, e a Previdência Social paga a partir do 16º dia de afastamento do trabalho.

■ **Individual.** No caso do contribuinte individual (empresário, autônomo e outros), a Previdência paga todo o período.

■ **Valor.** Corresponde a 91% do salário de benefício.

### NO ESTADO

Ano	Benefícios concedidos
2000	16.192
2001	17.131
2002	26.731
2003	25.635
2004	32.766
2005 (até março)	5.818

Fonte: INSS-ES

## Déficit de R\$ 6,2 bi em dois meses

Rombo é 18% maior que no ano passado devido a concessão de benefícios por via judicial

BRASÍLIA. A Previdência registrou um déficit acumulado de R\$ 6,25 bilhões em janeiro e fevereiro deste ano, valor 18% maior que o do mesmo período do ano passado. O aumento do déficit neste começo de ano se deve, principalmente, ao pagamento de cerca de R\$ 1 bilhão acima do esperado em benefícios concedidos por sentenças judi-